

Governo pede e o Senado não vota projeto da dívida

O Senado Federal decidiu adiar a aprovação do projeto de resolução que fixa os parâmetros para a negociação da dívida externa, que estava programada para ontem, em regime de urgência. O adiamento foi solicitado pelo próprio governo, através do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, ao vice-líder do governo, senador Ney Maranhão (PRN-PE). Maranhão explicou que o Ministério da Economia quer alterar o item que impede a efetuação de pagamentos antes que o acordo com os bancos privados seja aprovado pelo Senado. Com a modificação pretendida, os negociadores brasileiros poderão efetuar pagamentos aos credores, mesmo antes de concluída a negociação, se julgarem conveniente. "Recebi ordens para convencer os senadores a retirar o projeto da pauta de hoje, ontem. Tem uns triques aí e vai haver uma pequena arrumação. Vocês sabem que estamos em lua-de-mel com o governo", explicou Maranhão, acrescentando que o novo prazo para votação vai até o próximo dia 21.

Os parâmetros para a negociação da dívida brasileira seriam aprovados ontem depois de quase dois meses de entendimentos entre os senadores e o governo. O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Severo Gomes (PMDB-SP), foi surpreendido com a notícia do adiamento. "Estava tudo tão calmo, nós aceitamos todas as imposições", comentou. Ele se referia a série de conversas que ele, pessoalmente, além dos senadores Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) e Jorge Bornhausen (PFL-SC), tiveram com a ministra da economia, Zélia Cardoso de Mello e com o principal negociador da dívida externa, embaixador Jório Dauster, para que a resolução fosse elaborada exatamente como queria o governo. Severo Gomes acredita que surgiu, na equipe econômica divergências internas sobre o teor da resolução.

Modificações

O projeto de resolução sobre a dívida foi aprovado pelas Comissão de Assuntos Econômicos do Senado na semana passada, com a previ-

são de ser aprovado esta semana pelo plenário do Senado. Com a aprovação, entrariam imediatamente em vigor algumas regras rígidas para a renegociação da dívida. A mais rigorosa está no artigo 6º do projeto, que proíbe pagamentos aos credores antes que o acordo com os bancos seja aprovado pelo Senado. A Constituição brasileira, em seu artigo 52, estabelece que todos os acordos na área externa dependem de autorização do Senado Federal. E a fixação de parâmetros rígidos fortaleceria a disposição do governo brasileiro de não ceder às pressões dos banqueiros pelo pagamento imediato dos juros atrasados devidos pelo país e que totalizam US\$ 8 bilhões.

Estados

Segunda-feira, no entanto, os negociadores brasileiros parecem ter mudado de idéia. Pouco depois de receber o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, o ministro Jarbas Passarinho ligou para o senador Ney Maranhão e pediu-lhe que convencesse os líderes partidários a adiar por três semanas a votação da resolução. Ontem pela manhã, Maranhão desimcumbiu-se prontamente dessa tarefa, obtendo a assinatura dos líderes partidários para o adiamento. A única exceção foi o vice-líder do PSDB, senador Chagas Rodrigues (PSDB-PI), que se recusou a assinar o requerimento porque o relator do projeto, Fernando Henrique Cardoso, está em Moscou e não deixou qualquer orientação nesse sentido.

A tarde, Maranhão explicava que, diante das ausências do senador e da ministra Zélia que viajou para o Chile, acompanhando o presidente Fernando Collor, não houve tempo para novas modificações no texto da resolução. Uma outra resolução que também seria votada ontem vai ser igualmente modificada pelo governo, porque permite aos estados tomar empréstimos externos e só comunicar ao Senado Federal trinta dias depois, segundo Maranhão. "Daqui até o dia 21 a área econômica vai preparando as modificações que pretende fazer", concorda o líder do governo.